

A PERMANENTE CRISE DA CONTEMPORANEIDADE COMO FORMULADORA DE UMA SUSTENTABILIDADE ABERTA: HUMANA E AMBIENTAL

THE PERMANENT CRISIS OF CONTEMPORARY FORMULATOR AS AN OPEN SUSTAINABILITY: HUMAN AND ENVIRONMENTAL

MÔNICA BAHIA GALANTE FREIRE¹

PAULO DE ABREU FERREIRA VALENTE JUNIOR²

Resumo

Nossa sociedade encontra-se numa nova fase de sua evolução, numa transição tão significativa quanto à mudança da ordem social agrária à ordem social industrial. O pensamento filosófico apresenta a “evolução” da forma como a humanidade tem encarado a natureza na contemporaneidade como provedora de todos os recursos necessários ao desejo humano. Entretanto, os bens ambientais não são ilimitados e o próprio homem tem se tornado objeto de uma sociedade de mercado cada vez mais ávida. A ciência e a técnica têm sido apontadas como as chaves para a solução, entretanto, estes instrumentos, aliados ao pensamento capitalista e ao consumismo demonstram ser a fonte dos principais problemas ambientais enfrentados pela humanidade. O desenvolvimento sustentável é apontado como o meio para a mudança deste paradigma e sua conceituação é o desafio deste terceiro milênio

PALAVRAS CHAVE

Ambiental. Capitalismo. Consumismo. Sociedade de mercado. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Our society is in a new phase of its evolution, a transition as significant as the change of social order agrarian to industrial social order. Philosophical thought presents the "evolution" of how humanity has faced in contemporary nature as a provider of all necessary resources to human desire. However, environmental assets are not unlimited and the man himself has become the subject of a market society increasingly greedy. Science and technology have been identified as the key to the solution, however, these tools, combined with capitalist thinking and consumerism prove to be the source of major environmental problems facing humanity. Sustainable development is touted as the means to change this paradigm and its conceptualization is the challenge of the third millennium.

¹ Mestranda em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara.

² Procurador Federal. Mestrando em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara.

KEYWORDS

Environmental. Capitalism. Consumerism. Market society. Sustainable development.

INTRODUÇÃO

A defesa do meio ambiente apresenta diversas interpretações desde a modernidade, de Habermas ou a pós modernidade de Bauman existindo correntes que defendem uma espécie de retorno à natureza, como as idéias centrais do movimento verde, que partindo de conceitos como do princípio da precaução, procuram não interferir na natureza e outras de linhas mais antropocêntricas em que a natureza deve servir ao homem, porém este tem o dever de cuidá-la para a presente e as futuras gerações.

Atualmente vive-se o dilema antropocentrismo/ecocentrismo, podendo-se vislumbrar três distintas configurações: uma abordagem *antropocêntrica utilitarista*, pela qual a natureza é somente uma fonte de recurso para atender às necessidade humanas, cabendo a sociedade gerenciar tais recursos, impondo à tecnologia uma visão orientada para a eficiência ecológica; uma abordagem *antropocêntrica protecionista*, pela qual a natureza é vista como um bem coletivo essencial, que deve ser preservado como garantia de sobrevivência e bem-estar do homem, impondo um equilíbrio entre as atividades humanas e os processos ecológicos fundamentais; e c) a abordagem *ecocêntrica*, pela qual se entende que a natureza pertence a todos os seres vivos e não apenas ao homem, obrigando a adoção de uma conduta de extrema cautela cuja orientação é holística.

Ao se analisar o art. 225 da Constituição da República de 1988³, pode se observar que o meio ambiente é classificado como um bem de uso comum do povo e essencial a qualidade de vida. Neste contexto, percebe-se que a norma apresenta uma posição antropocêntrica, permitindo que este bem também seja passível de valoração econômica e apropriação pelo mercado.

A contemporaneidade tem o *ethos* econômico como principal paradigma, pautada numa racionalidade tecnicista instrumental que também se volta para o meio ambiente.

³ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Como bem dito no relatório dos povos resilientes da ONU (2012) *“o nosso planeta e o nosso mundo estão vivendo hoje o melhor dos tempos e o pior dos tempos, o mundo vive uma prosperidade inédita, enquanto o planeta está sob uma pressão sem precedentes”*. Há uma demanda global crescente por um mundo mais justo, solidário e sustentável.

Importante observar que o homem não se encontra fora da natureza, ele é a natureza consciente. Portanto, a forma como vemos e tratamos a natureza se transporta para a forma como a própria humanidade se observa e se relaciona com seu habitat natural.

Assim, pode se dizer que a crise atual da humanidade contemporânea não é somente ambiental é uma crise de valores, na qual o paradigma racional/tecnicista e consumista não atendem mais às demandas pessoais dos indivíduos.

No quadro que se esboça, observa-se que o desenvolvimento econômico foi e ainda é a ferramenta buscada para criar e distribuir riquezas, porém, a inclusão de preocupações ambientais e sociais tem levado a modificar ou qualificar este desenvolvimento como sustentável, apesar de nem sempre conciliáveis.

As questões de mercado e técnicas ainda são o mais priorizado na equação econômico ambiental e social, em razão de se precificar coisas, serviços e impactos decorrentes da atividade humana. Paradoxalmente sabe-se que o desenvolvimento tecnológico, apesar de ser a causa dos impactos no meio ambiente até a presente data, também é apontado como modo de solução para estes mesmos problemas.

Nesta busca, valores são flexibilizados e verifica-se uma sede por inovação e, destarte, obsolescências que afetam a busca do desenvolvimento sustentável, cujo conceito é aberto e elástico, apontado como a saída da crise da atualidade.

Ocorre que a saída desse dilema pelo qual a humanidade perpassa por uma mudança de paradigma, uma adoção de novos valores que sejam sustentáveis o suficiente para dar continuidade à humanidade na face da terra.

1 O PARADOXO CIENTÍFICO NO CAPITALISMO EM UM MUNDO LÍQUIDO

A sociedade vive em um momento no qual a inovação tornou-se uma busca obsessiva, seja para a solução dos problemas atuais, na maioria das vezes criado por uma técnica ou tecnologia existente; seja para satisfazer o desejo humano ou mesmo para se estabelecer ou criar novos padrões de desejos ou necessidades não realmente necessárias.

Esta ótica, fundamentada no capitalismo e no consumismo, apresenta o desejo humano de uma forma perpétua e substituível, ou seja, inalcançável e se utiliza de mecanismos como a depreciação, que motiva o descarte, e geração de novos desejos a serem satisfeitos por meio de uma compulsão e consumismo desenfreado.

Bauman (2009, p. 7) apresenta o conceito de uma sociedade líquido-moderna, como sendo ... *uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir.*

Diante deste quadro, temos uma transformação constante na qual as coisas envelhecem rapidamente e se tornam obsoletas, para que novas possam entrar em seu lugar. O mecanismo é tão perfeito que as pessoas deixam de se permitir a analisar se há necessidade ou não de uma nova aquisição ou se a mesma pode ser adiada.

Esse mecanismo cria uma vida precária em condições de incerteza constante, gerando preocupações e temores de não se conseguir acompanhar a rapidez dos eventos, de ficar para trás ou mesmo sobrecarregado de bens indesejáveis, de forma que se livrar de coisas tem prioridade sobre adquiri-las.

Todos os dias, milhões de escolhas são realizadas pelos indivíduos, pelas empresas e pelos governos, definindo o futuro do planeta e da humanidade.

Porém, é preciso lembrar que o nosso atual sistema de produção não é um sistema fechado, ou seja, utiliza-se de muito mais recursos do que o seu resultado final. Nem tudo que é produzido é consumido ou reintroduzido no sistema produtivo. Este excesso acaba transformando-se em resíduo.

Os resíduos assumem assim uma posição de destaque Na economia e a rapidez com que os mesmos são removidos ou absorvidos pela natureza é de suma importância para o ciclo econômico e a economia em si.

Esta vida, que Bauman (2009) qualifica como líquida, não pode ficar parada e a modernização é uma necessidade sobre pena de no indivíduo nela inserido perecer. Agora seria o momento de se adotar uma postura global pela sustentabilidade e não ficar à mercê de um futuro insustentável e não líquido.

As pessoas mais adaptadas a esta vida líquida são aquelas que adoram criar, jogar e manter-se em movimento, que são leves, lépidas e voláteis ao extremo quanto o comércio e as

finanças (BAUMAN, 2009, p. 10) por isso, capazes de viver numa sociedade de valores instáveis e volúveis, descuidada com o futuro, egoísta e hedonista.

Neste contexto, em que as ciências são utilizadas como motores da inovação tecnológica, como leciona Beck (2011, p. 235): *“a ciência se converte em causa (entre outras causas concorrentes), expediente definidor e fonte de soluções em relação aos riscos e, precisamente desse modo, conquista novos mercados da cientifização”*.

Neste quadro, a ciência e a técnica apresentam seu paradoxo, pois, apesar de serem as causas dos danos ambientais, mostram-me também como as salvadoras.

Destaca-se, entretanto, que o desenvolvimento e a inovação são necessários e inerentes da cultura ocidental, visto que a ciência – autônoma em relação às outras áreas do interesse humano – se propõe progressiva, da mesma forma que a religião cristã apregoa a evolução do homem entre o gênesis e o apocalipse.

A técnica advinda do conhecimento científico se impõe com sua objetividade e sua busca constante pela eficiência, instrumentalizando a razão, não possuindo, em tese, preocupação com o futuro da humanidade inserida no planeta terra, que sobreviverá sem ou com os seres humanos.

Esta união do capitalismo com o desejo humano por ele alimentado (consumismo), com a ciência e com a técnica, da qual ele se utiliza, mas tem também financia, sustenta uma verdadeira sociedade de consumidores, que se julgam felizes pelo sistema.

A humanidade, em sua crise de valores, deixa de observar que o próprio ser humano, o qual pode ser apreendido como objeto de consumo, que nas palavras de Bauman (2009, p. 18):

“Consumidores” e “objetos de consumo” são pólos conceituais de um continuum ao longo do qual todos os membros da sociedade de consumidores se situam e se movem de um lado para outro diariamente. Alguns podem ser colocados por mais tempo bem perto do pólo das mercadorias. Nenhum consumidor, no entanto, pode estar plena e verdadeiramente seguro de que não cairá perto, desconfortavelmente perto, de suas cercanias. Só como mercadorias, só se forem capazes de demonstrar seu próprio valor de uso, é que os consumidores podem ter acesso à vida de consumo. Na vida líquida, a distinção entre consumidores e objetos de consumo é freqüentemente momentânea e efêmera – e sempre condicional. Podemos dizer que a regra aqui é a reversão de papéis, embora mesmo essa afirmação distorça a realidade da vida líquida, na qual os dois papéis se interligam, se misturam e se fundem.

Nesta sociedade de consumidores, em que o próprio homem pode se tornar objeto de consumo, a meio ambiente tende ser encarado da mesma forma, como uma mercadoria.

Assim, como o meio ambiente poderá fornecer recursos naturais a uma sociedade líquida moderna de forma sustentável? Até que ponto a sociedade realmente almeja a sustentabilidade?

Afinal A natureza é a fonte dos recursos necessários à satisfação dos desejos humanos e à própria vida que conhecemos, porém, a mesma possui limites é finita e esses limites não estão sendo levados a sério.

Para Zhouri *et al* (2005, p. 30), isso aponta um dos limites “intrinsecamente econômicos” à realização de um desenvolvimento sustentável, entendido como a compatibilização entre a continuação indefinida da acumulação capitalista e a reposição, também indefinida, de suas condições naturais de possibilidade.

Urge, portanto, uma nova visão de mundo, um novo tratamento para com a natureza. o desafio é grande, global e de resultados incertos.

Zhouri *et al* (2005, p. 17) aponta como uma possibilidade de saída deste mundo líquido:

Mas, ao contrário dessa perspectiva, na adequação dos processos produtivos, em geral, é dada ênfase apenas numa possível “revolução da eficiência”, em detrimento de um debate maior sobre a necessária “revolução da suficiência” (SACHS, 2000), qual seja a mudança nos padrões de produção e consumo da sociedade, base para pensarmos, de fato, a sustentabilidade.

Entretanto, esta revolução da suficiência, ainda se mostra um conceito aberto, tanto quanto a sustentabilidade.

2 HOMEM QUE O MERCADO DETERMINA

Nossa sociedade contemporânea em que os indivíduos são surpreendidos pela lógica da economia sobre diversos valores familiares, morais e cívicos, de forma que, sem que percebamos parece nos encaminhar para uma sociedade de mercado, onde tudo está à venda, permitindo que o pensamento econômico atue em esferas a qual não deveria intervir. Qual então será a chave para uma permanência de valores e isso interessa ao sistema?

Rossi e Rosa (2012, p. 75) conceituam a sociedade de mercado da seguinte forma:

É uma sociedade na qual adolescentes podem por em leilão sua virgindade sem que isso produza mais do que uma simples discussão sobre o preço e as reais condições de inviolabilidade em que o produto será entregue ao ganhador. É uma sociedade em que os valores sociais, a vida em família, a natureza, a educação, a saúde, até os direitos cívicos podem ser comprados e vendidos. Em resumo, uma sociedade em que todas as relações humanas tendem a ser mediadas apenas pelo seu aspecto econômico.

Este conceito de sociedade de mercado aproxima-se do conceito de Bauman de sociedade de consumidores acima descrita. Diante deste quadro, é possível afirmar que estamos vivendo num mundo líquido? Ou em um mundo em que tudo é precificável, até a escassez dos recursos naturais?

Para o filósofo Michael Sandel, citado por Rossi e Rosa (2012, p. 78), descreve como sendo ... *uma tendência que vem se desenvolvendo desde o começo da década de 80 do século passado. Hoje, muita gente tem fé no pensamento econômico como único instrumento para atingir o bem público.*

O pensador destaca o livro *Freakonomics*, de Steven Levitt e Stephen Dubner, o qual pretende explicar o comportamento humano através de termos puramente econômicos. Porém, o comportamento humano e as suas relações são complexas e envolveriam ou deveriam envolver questões ética e morais, ambientais e gerais.

O poder exercido pelo dinheiro na lógica de mercado tende a beneficiar os ricos em detrimento dos pobres, sem levar em conta os dilemas individuais. É o que vemos na macroeconomia, quando tratamos das relações dos países desenvolvidos para os que estão na via do desenvolvimento.

À economia de mercado cabe o mérito de ter levado o desenvolvimento a diversas regiões do planeta, inclusive no que se refere às liberdades e desenvolvimento de instituições democráticas, porém, a cautela se observa no fato desta lógica adentrar a todos os outros domínios da vida em sociedade, em que a eficiência seja o parâmetro para todas as relações sociais.

Portanto, apesar do mercado produzir riquezas materiais, sua lógica empobrece a relação entre as pessoas.

Isto ocorre porque, apesar do mercado não alterar a qualidade ou o caráter dos bens materiais, o mesmo pode não ocorrer com os imateriais, tais como as relações familiares, amizades, cidadania, justiça, saúde, procriação, educação e etc, ou seja, a lógica de mercado nestas áreas pode influenciar nossas atitudes perante os mesmos.

Para exemplificar Michael Sandel (ROSSI e ROSA, 2012, p. 77) relata:

É evidentemente doentia uma sociedade em que seja natural vender o filho recém-nascido, anunciar o próprio rim nos classificados dos jornais, leiloar a virgindade ou comprar votos ou a cumplicidade de partidos políticos e parlamentares... Se o mercado de bebês é ainda hipotético, há exemplos mais concretos da adoção da lógica econômica em esferas que eram antes impermeáveis a ela. É o caso das empresas especializadas na compra de apólices de seguro de vida de pessoas com doenças graves nos Estados Unidos. Pacientes

que não esperam viver muito vendem seu seguro por uma fração do prêmio estipulado e usam o dinheiro para custear seu tratamento ou apenas para obter conforto nos últimos meses de vida. Quanto mais rápido vier a morte, maior será o lucro de quem comprou a apólice... Se as duas partes envolvidas lucram com os “derivativos da morte” e não há danos a terceiros, por que razão eles seriam antiéticos? Diz Sandel: “Quem sabe o problema moral não esteja nos danos tangíveis, mas no efeito corrosivo sobre o caráter dos investidores”.

3 A ESCASSEZ, A MAXIMIZAÇÃO RACIONAL, O EQUILÍBRIO: UMA RELAÇÃO DE INCENTIVOS E EFICIÊNCIA.

Não se pretende aqui elucidar todas as questões da Economia, porém, convém ponderar a relevância destes cinco conceitos que tentam objetivar a forma como são estabelecidas nossas escolhas na visão da lógica de mercado.

Salama (2010, p. 22), citando Lionel Robbins, conceitua Economia como a *ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos para os quais há usos alternativos.*

Como já foi observado, a natureza possui limites, ou seja, os recursos não são infinitos o que promove necessidades de se equacionar as alocações dos recursos naturais.

Neste contexto, as pessoas necessariamente são forçadas a fazerem escolhas e sacrifícios, pois, em diversos casos é necessário abrir mão de algo para se ter alguma coisa.

A escassez implica que a proteção de direitos consomem recursos. O direito a saúde só tem sentido na medida em que a sociedade, mediante a iniciativa privada ou do Estado, proveja hospitais, alimentação, saneamento básico, dentre outros. Entretanto, os recursos aplicados em uma determinada atividade implicam sua indisponibilidade para outras áreas. O desafio é inserir esse entendimento em uma sociedade líquida, acostumada a se satisfazer imediatamente de tudo o que deseja.

Certo é que as pessoas tendem a fazer escolhas para atender aos seus interesses pessoais, ou seja, visam maximizar o seu bem estar em todas as suas atividades, ... *abrangendo uma enorme gama de ações, que vão desde a decisão de consumir ou produzir um bem até a decisão de contratar com alguém, de pagar impostos, de aceitar ou propor um acordo ou litígio, de falar ao telefone celular ao dirigir...* (SALAMA, 2010, p. 23).

Esta maximização racional encontra-se ligada as informações disponíveis ou ao interesse do ser humano em melhorar sua decisão (investindo seu tempo e esforço no estudo das alternativas disponíveis), de forma a afastar o que David Friedman (SALAMA, 2010, p.

23) chama de ignorância racional: *racional é manter-se ignorante quando a obtenção de informação custa mais do que o seu benefício.*

Para ilustrar esta questão, o autor apresenta a questão das eleições, cuja probabilidade de alteração do resultado por um voto é da ordem 1/10.000.000, de forma que uma pessoa perca seu interesse de investir tempo para conhecer os candidatos, para se dedicar em coisas mais proveitosas, como a escolha de um carro, um telefone celular novo, em qualquer objeto que seja novo.

Cooter e Ullen (2010, p. 51) traduzem o equilíbrio seria a interação entre *o comportamento de consumidores que maximizam a utilidade e de produtores que maximizam o lucro*, ou seja, um padrão de comportamento interativo que atinge um “*equilíbrio*” quando todos os atores estão maximizando seus interesses simultaneamente.

Um efeito negativo da situação de equilíbrio no âmbito das relações sociais pode ser descrito por Rossi e Rosa (2012, p. 77) pelo exemplo dos bancos de sangue americanos que *experimentaram sua maior escassez, quando, em 1970, a venda de sangue foi legalizada nos Estados Unidos. Quem doava por altruísmo deixou de doar e não apareceram vendedores de sangue em número suficiente para compensar essa perda.*

Na esteira deste raciocínio, Salama (2010, p. 61) cita que, também no fim dos anos 70, estava vigente na Holanda uma legislação de locações que congelara os preços dos aluguéis e tornava o despejo de locatários inadimplentes lentos e complicados. Como resultado de equilíbrio desta legislação, diversos imóveis ficaram desocupados, assim, inibiu investimentos de manutenção e a construção de novos imóveis para locação. Portanto, vários imóveis ficaram desocupados o que levou diversas pessoas os invadirem. O Estado foi então chamado a atuar, porém, encontrava-se relutante em razão do contexto social que se formara.

Da conceituação de maximização racional já descrita, temos o fato de que os indivíduos também procuram minimizar seus custos, o que os leva a responder a incentivos, mesmo em situações de equilíbrio.

Diante deste quadro, a procura de um bem pelos consumidores tende a diminuir quando seu preço sobe ou a subir quando seu preço desce. Esta lógica tem funcionamento inverso ao setor produtivo.

Entretanto, os incentivos podem se transportar para as condutas humanas, em especial pela atuação do Estado através do seu processo legislativo e respectiva fiscalização, por exemplo, com estabelecimento legal de limites de velocidade, o motorista irá avaliar o prazer

de dirigir em alta velocidade com o custo da infração e da possibilidade de ser autuado (eficácia da fiscalização).

Os economistas possuem várias definições para o termo eficiência, para Cooter e Ullen (2010, p. 38) ela irá ocorrer quando presente as seguintes condições: a) *não é possível gerar a mesma quantidade de produção usando uma combinação de insumos de custo menor, ou b) não é possível gerar mais produção usando a mesma combinação de insumos*”.

Estes autores apresentam ainda o conceito de *eficiência de Pareto*, que diz respeito à satisfação de preferências pessoais, lecionando: *Diz-se que uma determinada situação é Pareto eficiente ou alocativamente eficiente se é impossível mudá-lo de modo a deixar pelo menos uma pessoa em situação melhor (na opinião dela própria) sem deixar outra pessoa em situação pior (mais uma vez, em sua própria opinião).*

Todavia, a eficiência também pode observar o critério da compensação, como chamado por Kaldor-Hicks (SALAMA, 2010, p. 31). Este critério, visa superar a limitação do ótimo de Pareto, sustentando que *o importante é que os ganhadores possam compensar os perdedores, mesmo que efetivamente não o façam*. Por este critério, a eficiência irá existir, mesmo que existam perdedores.

Os critérios apresentados não são verdades absolutas, pois tendem a orientar e prever de uma maneira geral o comportamento humano. É claro que existem outras variáveis que influenciam, porém, este painel permite vislumbrar que a ação humana, com fundamento baseado no mercado, tem uma tendência a uma racionalização objetiva na busca da satisfação pessoal de interesses, que sofre enorme influencia do atual sistema capitalista de produção.

4 E O MEIO AMBIENTE COMO FICA SE NA SOCIEDADE LÍQUIDA ATÉ A NATUREZA É MERCANTILIZADA?

Numa breve síntese, podemos inferir que na atualidade a natureza é mercantilizada (REIS, 2012), destacando que o homem vive na natureza e nela retira os recursos necessários à sua sobrevivência, porém, deve-se lembrar da limitação do meio ambiente como provedor destes bens ambientais ao consumo humano.

Nos ensinamentos do professor Reis (2012), o pensamento filosófico sobre a natureza variou durante o tempo e partindo dos gregos (antes do helenismo), vê-se que os mesmos procuravam compreender a natureza como a vontade dos deuses (mistificação da natureza). Ex: deus do mar, deus vulcão, etc. Já em Aristóteles, a natureza é uma hierarquia de formas organizadas (ordenamento – vêem uma ordem na natureza).

Para O pensamento cristão, o meio ambiente é uma criação ordenada que clama graças ao Criador. Esta visão cristã coloca o homem a imagem e semelhança de Deus para utilizar-se da natureza. Em tese, esta visão, além de poder fundamentar a exploração desenfreada pelo homem, também o incita a sua conservação. A superação do homem face a natureza justifica portanto o controle e consumo dos recursos naturais.

Já René Descartes e outros pensadores modernos veem a natureza como uma máquina, que pode ser dirigida e coordenada. Novamente o homem a controla.

Apesar de todo este quadro, a questão ambiental fez surgir no âmbito da cultura ocidental o *movimento verde* (GIDDENS 2010, p. 73), CUJA origem se deu na Alemanha, e que na realidade não existe em sentido estrito, em razão de um leque variado de posturas, perspectivas e receitas de ação, porém:

O termo “verde”, em sua acepção política, foi cunhado na Alemanha, onde o Partido Verde foi também o primeiro a alcançar certo sucesso eleitoral. De lá para cá, os verdes se transformaram num movimento global: sua primeira reunião mundial realizou-se pouco antes da conferência da ONU no Rio de Janeiro, em 1992. A Global Network tem representantes de partidos verdes de quase 80 países. Em meio à diversidade de perspectivas representadas por estes partidos, há alguns pontos comuns que os mantêm unidos. A rede lista uma carta de princípios que “definem o que significa ser Verde no novo milênio”. Ela envolve os quatros princípios originalmente estabelecidos pelos ambientalistas alemães há duas décadas – “sabedoria ecológica” (harmonia ou equilíbrio ecológicos), justiça social, democracia participativa e não violência – e o acréscimo de mais dois: sustentabilidade e respeito à diversidade.

O pensamento verde surgiu com a revolução industrial, em razão dos seus efeitos sobre o meio ambiente, pois as fábricas e as cidades em rápido crescimento transformaram a paisagem, fazendo recuar a terra verde e aprazível, ou seja, a natureza passou a figurar como um objeto obrigado a servir à produção de mercadorias.

Giddens (2010, p. 73) cita os economistas ambientais, os quais descartam a maior parte do pensamento verde, visto que para *elas*, a abordagem adequada tem de ser contundente e enunciada em termos dos custos e benefícios das diferentes estratégias, com os mercados dando as cartas.

Para os verdes a *economia ortodoxa é “cinzenta” – a vida humana e a natureza figuram nela como “fatores de produção”, ao lado de outras mercadorias. A maioria dos verdes tende a desconfiar do capitalismo e dos mercados, e a ver as grandes corporações com considerável hostilidade.* (GIDDENS, 2010, p. 77).

Entretanto, o movimento verde não se mostra contrário às ciências, mas são opostos à sua confiança irrestrita, que se vê claramente na tecnologia, fazendo surgir o tecnicismo ou cientificismo.

Porém, o capitalismo, apesar de constituir um sistema orientado à acumulação de riquezas, possui uma grande capacidade de se adaptar, assim como, de incorporar conceitos a sua visão do mundo.

Um aprofundamento da conceituação do desenvolvimento sustentável demanda uma análise das relações de produção vigentes, considerando os conflitos sociais em torno da apropriação dos bens ambientais e revelando seus vínculos com os interesses objetivos do capital.

Da interação do movimento econômico e do ambiental restou a criação de um novo termo para a economia: o desenvolvimento sustentável, fazendo surgir também um novo desafio para a humanidade líquida.

Para Giddens, a preocupação com o desenvolvimento sustentável indica uma preocupação entre o bem estar humano, a satisfação das necessidades básicas, proteção do meio ambiente, ter em mente as futuras gerações, igualdade entre ricos e pobres e uma base ampla no processo decisório. Mas como fazer isso atrelar a uma sociedade líquida, de valores líquidos em tempos líquidos?

Portanto, no quadro que se apresenta, pode-se dizer que a sustentabilidade está ligada intrinsecamente ao paradoxo biocentrismo/antropocentrismo, assim como, a um futuro capitalista modificado, vencendo a busca ilimitada por lucro. Entretanto, a própria humanidade sofre uma crise pela aplicação nas relações humanas os preceitos de uma sociedade de mercado, que visa consumidores. Somente quando isso for ultrapassado poderemos focar realmente no desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável para a ONU é uma questão de oportunidades, dos povos influenciarem seu futuro, de reivindicarem seus direitos e de manifestarem suas preocupações. Somente através de governanças democráticas e de respeito aos direitos humanos pode-se realizar escolhas sustentáveis. A tolerância a persistência das desigualdades, a manutenção de decisões insustentáveis, nas mãos só de empresas e governos brevemente não possuirá mais lugar, em um mundo ilíquido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano necessita dos recursos advindos da natureza para atender suas necessidades e desejos, assim como um bebe de seus pais ao nascer. Durante séculos os bens ambientais foram retirados para atender às necessidades e desejos da humanidade com inconsciente descuido dos limites da Terra e de seus ecossistemas.

Entretanto, a forma como o homem encara a natureza foi se alternando através dos tempos, com o uso da razão, o advento de novas descobertas científicas, o desenvolvimento da técnica.

O capitalismo, com sua visão voltada para acumulação de riquezas, propiciou o grande desenvolvimento econômico de muitas nações, mas na esteira da evolução do pensamento humano, observou-se que questões econômicas e de mercado passaram a possuir um grande peso em detrimento da natureza e das relações sociais.

Os próprios valores, a moral e as relações humanas começaram a se contagiar pelo viés da economia de mercado, tornando estes conceitos tão fluídos, que o homem se apresenta como uma mercadoria (algumas vezes por vontade própria) para um mercado consumidor.

Neste contexto, o meio ambiente também é visto apenas como a fonte dos recursos necessários aos desejos humanos.

Porém, em contraposição a este pensamento, observa-se a movimentação da sociedade no sentido de buscar um desenvolvimento sustentável, onde seria possível obter crescimento e desenvolvimento em benefício de todos os seres vivos, mantendo-se o capital natural para as futuras gerações.

Porém, a conceituação do desenvolvimento sustentável é algo que desafia os pensadores da atualidade, existindo diversos pressupostos ou características que podem variar conforme a preocupação biocêntrica ou antropocêntrica.

O desafio perpassa por uma mudança de estilos de vida, dos padrões de produção e de consumo insustentáveis para o planeta. É fato que o modelo atual é insustentável, não apenas pela deterioração ambiental, mas porque uma economia voltada apenas ao consumo cria uma classe de pessoas excluídas, supérfluas ou redundantes, pois, como não estão dentro da classe de consumidores, não poderão acrescentar nada, como uma nova categoria de *homini sacri*.

O debate encontra-se em aberto e a procura da sustentabilidade para solucionar a crise ambiental e da manutenção do desenvolvimento pode se desdobrar para fazer face ao vazio que por enquanto preenche a sociedade e a faz tornar fundamental o que não é essencial, tornar o ambiental em comercial.

Portanto, a sustentabilidade como um modo de ser e viver em nossa sociedade contemporânea, não pode ser encarado apenas pelo enfoque do crescimento/desenvolvimento econômico, ela deve alcançar as diversas realidades: culturais, ambientais, econômicas, políticas, etc.

Somente com esta harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos é que se poderá evitar o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas ambientais e sociais; ou com benefícios sociais mas ambientalmente destrutivos; ou com crescimento ambiental benéfico, mas socialmente prejudicial.

Assim, a sustentabilidade pode e deve ser mostrada como algo benéfico, como atividades que permitam auferir proveito econômico, como um modo de vida, ou seja, que a ideia da preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial a qualidade de vida tem de ser mais lucrativa do que a sua destruição, com solidariedade sincrônica para com a geração atual e com solidariedade diacrônica com as gerações futuras.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

REIS, Émilien Vilas Boas. **Sociedade, cultura e desenvolvimento sustentável.** Aula apresentada na Escola Superior Dom Helder Câmara, 14 set. 2012. Belo Horizonte.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Constituição da República de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25/11/2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COOTER, Robert e ULLEN, Thomas. **Direito e Economia**. Tradução de Luis Marcos Sander e Francisco Araújo da Costa. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FREIRE, Mônica Bahia Galante e VALENTE JUNIOR, Paulo de Abreu Ferreira. Da efetivação do bem ambiental como direito fundamental face aos resultados simbólicos da Rio + 20: a confraternização dos discursos de aplicação. Trabalho apresentado no CONPEDI, 01 nov. 2012. Niterói.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KAHN, James R. **The economic approach to environmental and natural resources**. Orlando, The Dryden Press Harcourt Brace College Publishers, 1995.

ONU. **Povos resilientes, planeta resiliente: Um Futuro Digno de Escolha**. 30 jan, 2012. Disponível em: http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/Overview_Portuguese.pdf. Acesso em: 02/09/2013.

ROSSI, Jones e ROSA, Guilherme. Crítica da razão econômica. **Veja**: Editora Abril. São Paulo, edição 2296, ano 45, n.º 47, p. 74-79, 2012.

SALAMA, Bruno Meyerhof (organizador). **Direito e Economia**: textos escolhidos. São Paulo: Saraiva, 2010.

SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris e NARDY, Afrânio. **Princípios de Direito Ambiental: na dimensão internacional e comparada**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice B. **Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais**. In: ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice B. (organizadores). *A insustentável leveza da política ambiental*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.